ANTI CAPITA LISTA

N.º 07 (SÉRIE II) – JUNHO 2018

ECONOMIA E ATIVISMO
P.03

ARCO-ÍRIS EM BRAGANÇA
P.07

MOVIMENTOS SOCIAIS, MOBILIZAÇÕES E BLOCO
PP.04-05

RACISMOS

«NUMA SOCIEDADE RACISTA, NÃO BASTA NÃO SER RACISTA, É PRECISO SER ANTIRRACISTA.»

Angela Davis

O INVISÍVEL RECUO DA DEMOCRACIA

No passado dia 18 de maio, a Anticapitalista promoveu um debate, com Luca Argel e Fernando Rosas, em torno das origens, ramificações e disseminações dos fascismos na Europa e no mundo. Ao longo do debate, o primeiro promovido por esta Revista, Fernando Rosas alertou para o processo continuado de "desdemocratização invisível", que se traduz na neutralização silenciosa das defesas das democracias.

Hoje, os avanços globais do neoliberalismo contam também com esta dinâmica de neutralização democrática. O neoliberalismo beneficia com o retrocesso da conflitualidade ideológica e a desistência ou falta de comparência de uma esquerda consistente e combativa, marxista e anticapitalista. É preciso persistir na permanente construção de um partido-movimento que, sem recuos e sem dogmatismos, com a tenacidade de quem parte para a luta sem desistir de nenhuma das suas bandeiras, possa contrariar um invisível e mundializado recuo da democracia – que está a acontecer agora, no presente, neste preciso instante.

Quando elegemos os *racismos* como tema desta edição, interpelamos diretamente o presente e acusamos o invisível recuo da democracia – este –, que permite retrocessos gravosos ou silêncios muito pouco inocentes no modo como convivemos com o dia a dia da nossa vida coletiva. O dossiê reflete esta preocupação, sublinhando a pluralidade transfronteiriça da palavra *racismos*.

No momento em que preparamos a presente edição, o mundo debate-se com a mortífera ação do exército israelita na Faixa de Gaza. A repressão de uma manifestação feita com tiros de balas reais, semeando mortes e ferimentos irreversíveis em crianças e civis desarmados/as, é o retrato da impunidade de um regime e o culminar de anos de conivência internacional com o racismo do Estado sionista. Trata-se – como diz Waldo Mermelstein em texto aqui publicado na edição de abril – de violência colonial, «o último facto colonial ocidental remanescente». A Palestina ensina-nos que as políticas do ódio e do *apartheid* persistem como instrumento e como resultado dos interesses dominantes. Mostra-nos que as tímidas e muito coloquiais descolagens das posturas de Donald Trump e seus acólitos são manobras de superfície retórica, verbos de encher para os instalados mecanismos de um sistema que o gerou na invisibilidade. As bases do capitalismo, quando inquestionadas, geram silenciosamente os seus monstros.

Por cá, a fachada dos brandos costumes não chegou para ocultar um relatório recente, onde o Comité Anti-Tortura do Conselho da Europa aponta o dedo a Portugal como sendo o país da Europa ocidental com mais casos reportados de violência policial, a que os indivíduos racializados são mais vulneráveis. Uma vez mais, verifica-se o contraponto de um problema frequentemente ocultado do espaço público e mediático, mas que exemplifica a invisibilidade dos processos de segregação como uma das ferramentas da exploração capitalista. Este manto de invisibilidade não se limita à segregação e ao ódio racial.

A influência das petrolíferas ilustra esse mecanismo invisível de contorno do escrutínio democrático em que os interesses se acoitam e salvaguardam. Há cerca de um ano, o Bloco fez aprovar o alargamento da Avaliação de Impacto Ambiental ao momento da prospeção do petróleo, apesar de não ter conseguido torná-la obrigatória graças ao PS e ao PSD. Essa limitação abriu possibilidade à recente e lamentável decisão da Agência Portuguesa do Ambiente, dispensando estudos de impacto ao anunciado furo ao largo de Aljezur. À irresponsabilidade ambiental associa-se a manipulação habilidosa de leis imperfeitas, face à inoperância de uma Agência Portuguesa do Ambiente, cuja existência questionámos em sede parlamentar.

Em sentido contrário, as ações dos movimentos pela justiça climática têm permitido desvendar termos de contratos ruinosos para o Estado português, prosseguindo a luta contra as concessões e a denúncia da exploração parasitária de recursos naturais por parte do capitalismo. Torna-se então urgente reforçar os movimentos de justiça climática, em nome de uma abordagem anticapitalista capaz de agir politicamente sobre o silêncio.

Agir contra o silêncio e mobilizar contra a invisibilidade são desafios do Bloco de Esquerda, enquanto força anticapitalista de transformação democrática. Nas lutas, sempre.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, em que se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
O invisível recuo da democracia

3 **Ativismo**
Economia e ativismo – Notas sobre o movimento

4-5 **Debate**
Lá em baixo ainda anda gente: movimentos sociais, mobilizações e Bloco

6 **Dossiê**
Regressos (in)desejados: legados coloniais, racismo institucional, descobrimentos
Para uma cidadania antirracista. Quatro pontos sobre uma lei por fazer
O racismo nosso de cada dia na textura das palavras simples
Angela Davis: uma entrevista sobre o futuro do radicalismo negro
Israel: o macho retrossexual

7 **Ativismo**
Arco-íris em Bragança

8 **Aconteceu**
Fascismos (debate)

8 **Vai Acontecer**
2.º Encontro da Rede Anticapitalista
Debate Mulher Migrante e as questões de Género
Festa da Diversidade
Marchas do Orgulho LGBT+
Festival Ativista do Orgulho LGBT+

8 **Leituras**
Racismo no País dos Brancos Costumes
História a História - África

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Miguel Lobo Barbosa
Rodrigo Rivera

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Maria Gil
Paula Sequeiros
Pedro Schacht Pereira
Rita Gorgulho
Sara Canteiro
Shahd Wadi
Vicente Ferreira

Ilustração Capa
J. Cunha

Depósito Legal 441931/18
Tiragem: 500 Exemplares
Impressão: Jorge Fernandes, Lda.

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

ATIVISMO

ECONOMIA E ATIVISMO – NOTAS SOBRE O MOVIMENTO

VICENTE FERREIRA

Na introdução aos seus *Princípios do Curso de Economia*, dirigindo-se a professores académicos, Paul Samuelson afirmava: «Pouco me importa quem escreve as leis de uma nação, ou quem delineia os seus tratados, desde que eu possa escrever os seus manuais de Economia». A honestidade do argumento espanta, mas a lógica é acertada – redijam-se leis, desenhem-se medidas, procurem-se estratégias, mas sempre tendo por base o *bom* pensamento económico. E quem melhor do que Samuelson, que recebeu o equivalente ao Nobel da Economia em 1970, para fazer a síntese das *boas práticas?*

Na verdade, aquilo que se verifica difere pouco deste cenário. O pensamento económico dominante (neoclássico), de Samuelson, assume um papel hegemónico no ensino da Economia. Sabemos, pelo menos desde os *Cadernos da Prisão*, de Gramsci, que a hegemonia de um conjunto de ideias permite a produção e reprodução do consenso com o paradigma instituído. O ensino é, sem dúvida, um dos mecanismos mais eficazes de reprodução de consenso. Banksy, Adelaide Street, Toronto, Canadá, 2010.

Em tempo de crise, porém, a perceção altera-se. A crise financeira de 2007, e o fracasso generalizado dos economistas, expôs novamente as fragilidades do pensamento dominante. Foi neste contexto que surgiram vários movimentos de estudantes contestando o monolitismo da universidade. Em Portugal, existem já duas experiências: o Coletivo Economia Sem Muros, fundado por estudantes da Universidade Nova de Lisboa em 2012, marcou o início do ativismo estudantil neste âmbito; quatro anos mais tarde, surgiu o Colectivo Economia Plural, no ISEG. Os objetivos dos e das estudantes são claros – uma reforma dos programas de licenciatura em Economia, que reflita a diversidade de abordagens e de métodos de análise que caracterizam a disciplina. A reforma dos currículos terá de incluir a recuperação de cadeiras que promovam o pensamento crítico entre estudantes (História do Pensamento Económico, Ética, Economia Política). Ao enviesamento ideológico dos atuais currículos de Economia (com orientação clara para a defesa da "virtude" do funcionamento livre dos mercados e da iniciativa privada, por oposição à influência "negativa" da intervenção democrática no mercado ao nível, por exemplo, do estabelecimento de proteções laborais) só se responde reivindicando a universidade como espaço de cultura crítica e debate informado, onde se discutam as diferentes teorias. Como sempre foi.

A reforma do ensino não é, nem podia ser, fácil. A maioria das instituições académicas adota uma postura resiliente, em parte devido à sua dependência de processos de acreditação internacional que asseguram fontes de financiamento. O papel dos e das estudantes é, por isso, fundamental: como sempre, o combate começa pela base. A organização espontânea de estudantes tão diferentes em torno de um objetivo comum tem sido uma experiência inspiradora nestas faculdades, conseguida sobretudo devido à promoção de debates sobre temas e autores excluídos do currículo. Existem, contudo, pelo menos três problemas com que o movimento se depara no imediato: (1) a dificuldade de reunir novos estudantes que à partida não tenham sido expostos a diferentes perspetivas, (2) a dificuldade de contacto dos coletivos com os órgãos de gestão das faculdades e (3) a necessidade de expansão do movimento para outras cidades do país. Não havendo respostas fechadas, o futuro do movimento dependerá da sua capacidade de juntar estudantes e professores disponíveis e de defender as reivindicações fundamentadas junto das instituições de ensino. A mobilização de estudantes só é consequente se conseguir desafiar de forma estruturada os órgãos de poder.

Uns dirão que o tempo de transição já escapou e que resta esperar pelo próximo. Outros argumentarão que a transição que a disciplina ainda vive é o momento certo para a disputa da hegemonia neoclássica no ensino. O movimento estudantil pode ser, como no passado, decisivo para resolver a bifurcação – «que atrás dos tempos vêm tempos, e outros tempos hão de vir...», como canta Fausto Bordalo Dias.

DEBATE

LÁ EM BAIXO AINDA ANDA GENTE: MOVIMENTOS SOCIAIS, MOBILIZAÇÕES E BLOCO

Adriano Campos

A possibilidade de criação e alargamento de movimentos sociais em Portugal enfrenta, desde há um par de décadas, três dificuldades estruturais: (1) a desorganização social coletiva imposta pelas políticas neoliberais, (2) a cristalização e o fechamento das direções sindicais e (3) a baixa intensidade de processos de luta fundacionais e/ou propagadores de novos protagonismos e ativismos. Nenhuma destas dificuldades é estanque na forma como constitui bloqueios perenes à construção de campos de resistência que agreguem pessoas com base em princípios de identificação (sujeito político), oposição (adversários) e reivindicação (programa), mas ajudam a distinguir causas singulares deste grande impasse.

A desorganização social coletiva imposta pelas políticas neoliberais como primeira e maior barreira à criação de movimentos sociais é também a mais conhecida e estudada. A inscrição de direitos no novo quadro de regime constitucional do pós-25 de Abril, que se deveu a expressões do "poder popular" do PREC – ocupações de casas, fábricas e campos, auto-organização dos soldados e democracia direta –, não garantiu por si só a afirmação de uma democracia económica e social fundada no conflito e devedora da reivindicação popular. O regime de alternância que apostou tudo na sinecura económica do Estado, garantindo a recomposição da burguesia por via das rendas garantidas e privatizações, abraçou de bom grado as receitas de precarização laboral, mercantilização de serviços e submissão ao capital financeiro. Em Portugal, o "projeto de integração europeia" foi o nome e o espírito deste processo. É hoje o maior bloqueio que enfrentamos na construção de uma estratégia emancipatória, posto ser a face visível de um poder que garante a reprodução capitalista nas suas condições essenciais: livre circulação de capitais, aumento da exploração do trabalho.

Nesta longa inflexão, o movimento social sindical foi o mais penalizado. Como maior e mais antigo movimento social organizado no país, os sindicatos

sofreram uma dupla erosão: de membros sindicalizados e de agenda reivindicativa. Se é certo que a precarização e emigração de jovens trabalhadores abriram caminho ao desmonte da contratação coletiva, a individualização e isolamento da maioria dos que hoje vivem do seu trabalho em muito se deve, também, a erros de entendimento e a opções deliberadas das direções sindicais. Em primeiro lugar, a imposição da sindicalização como regra para a existência de um apoio e solidariedade por parte das direções criou um vazio na organização de base. A rotatividade e instabilidade crescentes não permitem que grande parte dos trabalhadores precários firmem um laço com um sindicalismo de profissão, ficando órfãos de uma estrutura sindical nacional que lhes permita uma identificação de classe. A este clientelismo sindical junta-se um problema de democracia sindical. O fechamento das direções, que hoje nada mais é que uma exclusão da maioria dos trabalhadores dos processos de decisão e a recusa na composição de direções heterogéneas (com a exceção de algumas comissões de trabalhadores combativas), condiciona as escolhas decisivas de um movimento social sindical organizado. A ausência de fundos de greve, a recusa na participação de processos internacionais (Greve das Mulheres), a ausência de solidariedade com os não sindicalizados (um sindicato que apela à desmobilização dos trabalhadores da Linha de Saúde 24), a prática sectária da organização de manifestações (1.º de Maio), em tudo isto a falta de democracia sindical é a causa maior. As opções do PCP nesta matéria tanto não ajudam como são mesmo um dos principais motores de bloqueio.

A esta fraqueza junta-se a baixa intensidade de processos de luta fundacionais e/ou propagadores de novos protagonismos e ativismos. Ao contrário do que é afirmado por algumas correntes da esquerda portuguesa, a forte mediação do Estado na resolução das necessidades sociais não é necessariamente uma causa do imobilismo e inércia reivindicativa. Essa mediação pode, antes, ser palco de derrotas ou vitórias, oportunidades ou becos sem saída. O movimento estudantil será o caso mais paradigmático. Criador de mobilizações fulgurantes na década de 1990, gerador de quadros militantes em toda uma geração, o movimento estudantil teve sempre à sua frente enormes oportunidades criadas pelo ingresso de milhares de estudantes no Ensino Superior. A derrota da luta contra as propinas, a captura de espaços de mobilização estudantil por parte de direções oportunistas, a par com a pouca atenção dada ao trabalho político feito nas secundárias, travam hoje o seu desenvolvimento sem, contudo, fechar todas as portas. A mediação parece inclusive ser mais nociva quando feita num plano institucional pretensamente auto-organizado. É o caso da captura de causas emancipatórias levada a cabo por uma militância paroquial e dependente essa sim de um financiamento estatal dado por temporadas.

Na confluência destas dificuldades há, por certo, questões de método e estratégia, de disponibilidades e militâncias. Uma análise pouco feita, mas merecedora do esforço. Que dentro e fora do Bloco surja agora (novamente) uma tese simplista - a austeridade light da geringonça anulou o espaço de reivindicação social e barrou o caminho aos movimentos sociais - vale para efeitos de uma distinção apressada e artificial de quem nunca defendeu abertamente a queda do governo, mas serve de pouco a esta análise. A sinalização do ano de 2016 como o marco inaugural do refluxo social, para além do pouco respeitosa para com os protagonistas da resistência antitroika, erra o alvo. À recomposição do governo das direitas depois da demissão de Paulo Portas (verão de 2013) seguiu-se um período de grande dificuldade na mobilização social, muito antes de qualquer vislumbre de um quadro parlamentar alternativo. Mas as questões são mesmo outras e têm que ver com as oportunidades e escolhas de organização para uma mobilização social combativa, a sua relação com o Bloco e as escolhas que fazemos.

ESTAMOS HOJE NUMA PIOR POSIÇÃO PARA ARTICULAR UMA AGENDA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL?

Desde o início da atual legislatura que há uma tensão evidente entre aquilo que é uma esperança sincera de parte da população em que o Bloco e PCP possam batalhar junto do governo para o avanço de direitos e a necessidade de essas conquistas ganharem corpo a partir de lutas e mobilizações concretas. Mas o resultado desta soma não é negativo. Pelo contrário, no último ano registaram-se lutas e experiências importantes no campo laboral (PT/MEO, Efacec, EMEF, trabalho temporário), no setor do Estado (saúde) e nos direitos individuais (Direito a Morrer com Dignidade). Depois, há quem tenha aproveitado as oportunidades. A campanha dos Precários do Estado, criada a partir de uma brecha aberta pelo Bloco na atual relação de forças, permitiu que tantos precários tivessem pela primeira vez avançado com lutas concretas e aprendizagens coletivas, ensaiando formas de organização futuras. A mobilização pelo fecho da central de Almaraz e o movimento "Parar o Furo" teriam hoje mais sucesso se enfrentassem um governo das direitas indiferente às pressões? Quantos exemplos mais para percebermos que a questão será mais de vontade e organização do que de humor político?

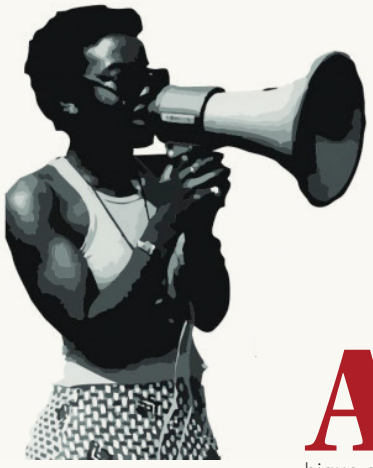
QUE NOVOS PROTAGONISMOS PARA UMA MILITÂNCIA DE BASE?

A luta de classes não acabou com a geringonça e as oportunidades apresentam-se. Falemos de três. No movimento estudantil, nunca como hoje foi tão necessária uma campanha pelo direito à habitação nas principais cidades. A especulação imobiliária e a falta de respostas sociais no direito à habitação estão a criar um caldeirão de indignação e possibilidades de mobilização. Em cidades que todos os anos recebem milhares de estudantes basta começar. Na luta antiproibicionista, a legalização da canábis para uso terapêutico deixa à vista um leque alargado de aliados. É necessário recuperar a Marcha Global da Marijuana, transformando-a em processos assembleários e participativos ao longo do ano, alargando o número de cidades envolvidas e dando força à proposta legislativa. Nos feminismos, o caminho para a construção de uma greve de mulheres ibérica e internacional em 2019 exige um compromisso com o ativismo de base, quebrando os sectarismos e os institucionalismos. Nestas lutas há todo um campo de protagonismos políticos e sociais a ser organizado, sem perder de vista a solidariedade entre as causas.

O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL ARREDA OS ATIVISTAS DA PARTICIPAÇÃO DE BASE?

Este impulso exige também escolhas claras para quem não desiste da sua consigna fundadora: correr por dentro, correr por fora. O Bloco é hoje reconhecido como uma força de esperança e transformação para largos setores do país, pelo que se coloca uma urgência do seu alargamento militante. Nesse movimento, o fortalecimento institucional gera uma fricção diária entre as necessidades de uma representação institucional que consome tempo e quadros em face da necessidade de lançar redes ativistas nas tantas lutas por fazer. Essa aproximação só pode ser feita a partir de uma agenda política mobilizadora. Foi a experiência legislativa que permitiu ao Bloco lançar na sociedade uma reivindicação pelos direitos dos cuidadores informais, assim como foi o reforço da representação parlamentar que fez com que alguns setores vejam hoje no Bloco a sua forma de organização militante, como acontece com os pedreiros de Penafiel ou com quem hoje luta contra o assédio em espaço público. O Bloco precisa de olhar para estes exemplos fazendo as suas escolhas: cuidar mais da preparação e moldes dos encontros nacionais setoriais (campanhas) e não sobrecarregar quadros essenciais à luta social. Uma dinâmica setorial forte é a melhor solução para ajudar às fragilidades da representação parlamentar.

Em movimento, urgente, que lá em baixo ainda anda gente.



DOSSIÊ

RACISMOS

TEXTOS COMPLETOS EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

REGRESSOS (IN) DESEJADOS: LEGADOS COLONIAIS, RACISMO INSTITUCIONAL, DESCOBRIMENTOS

PEDRO SCHACHT PEREIRA

A 12 de setembro de 2011, a jornalista Joana Gorjão Henriques publicou um artigo no jornal britânico *The Guardian* intitulado "Portugal is race blind, but not for the right reasons" (Portugal não observa a raça, mas não pelas razões corretas). Nesse artigo, a jornalista do Público refere a considerável vaga de emigração de portugueses para Angola e Moçambique que marcava os anos de chumbo da Troika, sugerindo que a reversão de papéis na relação colonial que historicamente tinha ligado Portugal com as suas ex-colónias africanas tinha o potencial de finalmente obrigar os portugueses a enfrentarem uma questão que sempre foi um tabu nos tempos modernos, a raça. Tal enfrentamento, o artigo sustenta, representaria uma considerável viragem cultural nos hábitos de um país que durante muito tempo projetou a sua identidade nacional como essencialmente não-racista e aberta ao convívio com outras culturas, e que postulou o racismo institucional como um problema de outros países de passado imperial como o Reino Unido, a França ou os EUA, nos quais se teria verificado um "mau colonialismo", contrastável com o colonialismo "de face humana" que se presume ter sido o dos portugueses. [continua online]

ANGELA DAVIS: UMA ENTREVISTA SOBRE O FUTURO DO RADICALISMO NEGRO

IN GAYE THERESA JOHNSON E ALEX LUBIN (EDS.). *FUTURES OF BLACK RADICALISM*. 2017. LONDRES: VERSO.

NOS SEUS ESTUDOS CENTROU-SE NO ABOLICIONISMO PRISIONAL, NO FEMINISMO NEGRO, NA CULTURA POPULAR E NOS BLUES E NO INTERNACIONALISMO NEGRO COM UM FOCO NA PALESTINA. TOMADOS EM CONJUNTO, COMO É QUE ESTE TRABALHO SE INSPIRA, E TALVEZ PROSSIGA, A TRADIÇÃO NEGRA RADICAL?

O Cedric Robinson desafiou-nos a pensar o papel dos teóricos e ativistas radicais negros na criação de histórias sociais e culturais que nos inspirem, a ligar as nossas ideias e as nossas práticas políticas a críticas profundas ao capitalismo racial. Fico contente que ele tenha vivido o tempo suficiente para ter uma ideia de como as novas gerações de académicos e ativistas começaram a assumir a sua noção de Tradição Negra Radical. No *Black Marxism*, desenvolveu uma importante genealogia que girou em torno do trabalho de C. L. R. James, W. E. B. Du Bois e Richard Wright. Se olharmos para o seu trabalho como um todo, incluindo *Black Movements in America e Antropologhy of Marxism*, como assinalou H. L. T. Quan, não podemos deixar de compreender como as mulheres foram centrais para forjar uma Tradição Negra Radical. [[continua online]

ISRAEL: O MACHO RETROSSEXUAL

SHAHD WADI

«O que vai acontecer ao nosso machismo e à nossa testosterona que Tamimi esmagou tão facilmente?», perguntou o jornalista Gideon Levy depois de a menina palestiniana Ahed Tamimi ter dado um estalo ao soldado israelita expulsando-o da sua casa (*Haaretz*, 21.12.2017). Ahed não foi presa no momento, como costuma acontecer. O soldado nem sequer fez uma queixa sobre o incidente quando regressou à sua base. Não foi a suposta "agressão" da menina que deu origem mais tarde à detenção e ao seu julgamento. A razão foi, na realidade, o vídeo que a mãe da Ahed publicou e que mostra que o soldado "forte e invencível" é confrontado sem medo por uma menina de mãos vazias. Esta menina de caracóis loiros ousou danificar o "mito israelita de masculinidade" e, por isso, ela e a sua vila inteira foram castigadas. [continua online]

PARA UMA CIDADANIA ANTIRRACISTA. QUATRO PONTOS SOBRE UMA LEI POR FAZER

HUGO MONTEIRO

Se dúvidas houvesse quanto à necessidade democrática de se ouvir os atores e os movimentos sociais no ato de legislar, a história acidentada da Lei da Nacionalidade serviria para esclarecer de imediato esse imperativo. Partamos de uma situação reportada por Joana Gorjão Henriques, no recentemente publicado Racismo no país dos brancos costumes. Ouçamos de viva voz problemas comuns a toda uma geração de afrodescendentes nascidos após 1981, que a lei vincula à nacionalidade dos pais. Mesmo que não conhecendo outro país que não seja Portugal, ou outro continente que não seja o Europeu, estas pessoas herdam literalmente uma nacionalidade que não corresponde à sua origem espacial ou às referências da sua vida. [continua online]

O RACISMO NOSSO DE CADA DIA NA TEXTURA DAS PALAVRAS SIMPLES

MARIA GIL

Desde pequenino... O início das texturas de palavras que estruturam frases que tantas vezes inocentamos pelo simples facto de serem usuais. E que desde pequeninos, como crianças, vamos crescendo sob a sina da banalização das texturas rudes das palavras que vão construindo o preconceito. Desde pequeninos que os consentidores de tal formação vão perpetuando a sua ânsia de colonialismos culturais que herdaram das gerações anteriores.

Hoje, acompanhada por um membro da geração que me sucederá, o meu filho, assisti a uma cena "comum" do nosso dia a dia... sim, como quem come o pão nosso de cada dia.

«(...) Sim, sim... era para declarar que estiveram aqui dois romenos e um preto para me tentar roubar! Sim... mas consegui sacar-lhes o cartão de cidadão e retirei o número de contribuinte, por isso vai ser fácil identificá-los é a mesma corja de sempre: pretos, romenos, ciganada...» [continua online]

ATIVISMO

ARCO-ÍRIS EM BRAGANÇA

SARA CANTEIRO

O MOVIMENTO LGTIQ DE BRAGANÇA NASCEU A 8 DE MARÇO DE 2017.

O objetivo do nosso movimento - que na altura se chamava grupo LGBT do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - era, além de partilhar vivências e conversar sobre temáticas LGBT, passar a mensagem de que já havia em Bragança um espaço seguro onde as pessoas podiam falar sem medo sobre estas temáticas e, através da troca de ideias, se construísse a compreensão em relação a si mesmo e aos outros. O nome mudou para Movimento LGBTIQ de Bragança, porque sentimos que não estávamos a incluir as pessoas que não eram do IPB. Começámos com cerca de vinte pessoas, sendo a maior parte estudantes de Erasmus/Mobilidade Internacional. Quando estes, aos poucos, começaram a ir embora, o grupo começou a diminuir, e ficámos as sete pessoas que hoje se mantêm. Foi ainda em 2017 que a ideia de fazer uma Marcha do Orgulho surgiu. Numa conversa/debate à volta de uma peça de teatro sobre questões de género - Rosa para Eles e Azul para Elas –, um ativista do Braga Fora do Armário propôs a realização da Marcha. A partir daí começaram os planos para o grande dia.

É PRECISO O "CAOS", PARA DEPOIS RECONSTRUIR

Todo o processo foi cheio de obstáculos. Ora faltavam os meios, ora tínhamos de ouvir vezes sem conta a voz do Adamastor a dizer que «não há necessidade de fazer uma marcha em Bragança», para não falar no tumulto político que esta decisão originou na cidade. Mas as solidariedades marcaram presença: IPB, coletivos feministas, Partido Socialista e Bloco de Esquerda. Sem a rede de solidariedade, nada disto tinha sido possível.

Muito se falou desta marcha, muitas vezes acusando-nos de que estávamos a transmitir a ideia de que Bragança é uma cidade conservadora e horrível. Não, Bragança é uma cidade linda, cheia de pessoas simpáticas e disponíveis para o outro. Mas não é diferente das outras cidades: há preconceito, há necessidade de trabalhar as temáticas LGBT, de género e de expressão de género. É possível melhorar? Claro que sim! É necessário - e defendo sempre esta ideia - desconstruir, informar as pessoas, visibilizar a comunidade LGBT ou outras pessoas que tenham uma expressão de género diferente. Bragança não é uma "aldeia" pouco desenvolvida como muitas pessoas, que não a conhecem, pensam. Bragança é uma cidade do interior com todos os problemas que resultam das políticas de desenvolvimento centradas no litoral. Se pesquisarmos a palavra "gay" na internet, além de aparecerem as últimas declarações do Papa Francisco, aparecem também muitas coisas "esquisitas". Qual deve ser a nossa atitude? Deixar o preconceito à solta ou intervir através do debate e da disputa de ideias? Seremos nós capazes de quebrar todos os preconceitos e mudar mentalidades? Não conseguiremos tudo de uma vez, mas vamos fazendo caminho e isso é muito importante, porque, muitas vezes o preconceito tem origem no desconhecido. A 1ª Marcha LGBTIQ de Bragança foi, na minha opinião, o primeiro passo para que agora, depois do "caos", se possa intervir mais ao nível educacional, desconstruindo preconceitos.

A organização da 1ª Marcha foi uma luta não só do Movimento, mas também uma luta minha muito pessoal. Primeiro, porque esta seria a minha primeira Marcha, nunca tinha participado em nenhuma e a primeira iria ser precisamente aquela em que estava envolvida na organização. Segundo, porque há em Bragança muitas pessoas que precisavam deste apoio, deste reconhecimento, pois, mesmo que não tenham vindo vencido os medos, estas pessoas existem e é preciso que sejam ouvidas. Por essa razão decidi dar a cara por elas. Terceiro, porque, sendo a primeira, era importante que corresse tudo bem, para que a mensagem certa fosse passada, e que tivesse ativistas suficientes, para que as pessoas da cidade soubessem que isto não era uma ideia de meia dúzia de pessoas, mas que correspondia a uma reivindicação importante. E fomos 200 pessoas a marchar naquele lindo e magnífico 19 de maio!

Quando chegou o grande dia, além de toda a correria habitual ligada à realização de um evento, muito mais com esta importância, era visível uma alegria nas pessoas que, juntamente comigo, foram protagonistas deste dia histórico.

Quando as pessoas começaram a chegar, comecei a perceber que, se calhar, a meta de 100 participantes que tinha estabelecido para mim mesma poderia ser ultrapassada. E as pessoas não paravam de chegar! Eram tantas as bandeiras, as pancartas e os megafones que percebi que íamos fazer história. Quando iniciámos o percurso da Marcha, muitas mais pessoas se juntaram, e a minha alegria foi imensa quando, passados 5 ou 10 minutos do seu início, percebi que não éramos 10, nem 50, nem 100, nem 150, mas aproximadamente 200 pessoas!

Ao contrário da adversidade - ou até de uma contramanifestação - para a qual me tinha preparado psicologicamente, a reação foi totalmente oposta. Ao passar nas ruas, eram-nos lançados beijos das varandas, as pessoas saudavam-nos e quando gritávamos «Sai do passeio e vem para o nosso meio» as pessoas vieram mesmo! Tudo isto misturado com bandeiras arco-íris, muitas palavras de ordem, muitas pessoas a reivindicar e a dar força às ideias e propostas que eu e outras pessoas de outros coletivos lançavam. Foi simplesmente lindo! Não houve nenhum problema nem hostilidade, e no fim da Marcha seguimos para o Sarau nos jardins do Museu Abade de Baçal, onde aconteceu uma maravilhosa e poderosa atuação transformista de Candice, a que se seguiram Fados Bicha.

Ainda hoje não tenho palavras que consigam descrever a emoção vivida nesta 1ª Marcha LGBTIQ de Bragança. Creio que tão cedo as pessoas não esquecerão este dia. Eu nunca me esquecerei. O 19 de maio de 2018 é para nós um marco histórico, marca o dia da primeira de muitas Marchas em Bragança. O trabalho vai continuar, mas vai continuar com ânimo reforçado.

Como dissemos no Manifesto, Marchamos por todos aqueles que não o podem fazer.

Marchamos por nós e por todos aqueles que já marcharam, para que hoje pudéssemos estar aqui.

Marchamos por nós e por todos aqueles que morreram ao fazê-lo.

Fascismos

A 18 de maio, a Anticapitalista organizou um debate sobre Fascismos, dinamizado por Luca Argel e Fernando Rosas, no Mira Forum. Luca Argel, músico e ativista do movimento Contra Temer – Porto, descreveu a assustadora situação política do Brasil, referindo práticas e conceções muito próximas daquilo que reconhecemos como fascismo. Fernando Rosas procurou explicações no passado, designadamente a origem dos fascismos na Europa e a forma como estes se afirmaram durante tantos anos. O aparecimento e crescimento de novos partidos da direita autoritária, o sistema judicial capturado pela agenda antidemocrática, a deportação de refugiados e a xenofobia foram apontados como sinais do ressurgimento de um populismo autoritário e do recrudescimento dos fascismos.

2.º ENCONTRO DA REDE ANTICAPITALISTA
Pousada da Juventude da Praia de Mira
1-3 de junho

Três dias de conversas e debates sobre a situação política dos movimentos sociais, em Portugal e na Europa.

DEBATE MULHER MIGRANTE E AS QUESTÕES DE GÉNERO
Lisboa | 1 de junho | Casa do Brasil | 18 horas

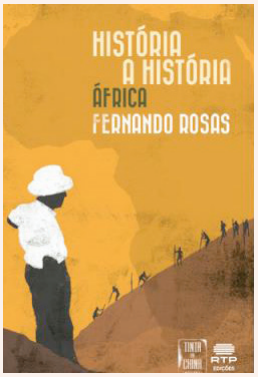
FESTA DA DIVERSIDADE
Lisboa - Cais do Sodré | 16-17 junho | 16 horas
Organização: SOS Racismo

A Festa da Diversidade traz ao encontro, no espaço público da cidade de Lisboa, os vários saberes, sabores e sons do mundo, com dignidade, respeito e igualdade. Mais do que celebrar a diversidade, a Festa procura contribuir para um diálogo intercultural que permita, para além de reconhecer e aceitar a diferença, vivê-la e praticá-la.

MARCHAS DO ORGULHO LGBT+
2 de junho | Braga | Arco da Porta Nova | 16h30
16 de junho | Lisboa | Praça do Príncipe Real | 17 horas
7 de julho | Porto | Praça da República | 15 horas

FESTIVAL ATIVISTA DO ORGULHO LGBT+
Porto | 7 de junho a 7 de julho
Debates, performances, exposições, oficinas, concertos, festas
Organização: Marcha do Orgulho Porto
Consulta o programa em Facebook.com/OrgulhoPorto/

Racismo no País dos Brancos Costumes
O livro da jornalista Joana Gorjão Henriques, editado em 2018 pela Tinta-da-China, põe a nu uma realidade que muitas pessoas, Estado e instituições incluídos, têm preferido varrer para debaixo do tapete: há racismo em Portugal. E esse racismo é quotidiano, está impregnado nas instituições e nas formas como pensamos e nos relacionamos com todas as pessoas que são diferentes daquilo que se convencionou "ser português", seja la o que isso for. Quando se procura arrendar casa, o nome e/ou o sotaque faz diferença; quando alguém se dirige a uma instituição, a cor da pele autoriza a supor que essa pessoa não tem instrução; quando se é negro ou negra, é-se reconhecido/a como imigrante; perante a Polícia, um negro/negra é quase sempre suspeito.
Uma das forças deste livro reside precisamente no facto de relatar casos reais. Não é um livro de teoria, não se trata de especulação, é antes o retrato de um país que dorme confortável no colo do mito lusotropicalista e que não se envergonha de ter uma lei que, desde 1982, não atribui a nacionalidade portuguesa aos filhos e filhas de imigrantes nascidos em Portugal. *Andrea Peniche*



História a História - África
Quem conta um conto muitas vezes retira um ponto. Ou mais do que um. Quem acompanhou a visita recente de Marcelo Rebelo de Sousa à ilha de Gorée pôde assistir, mais uma vez, ao modo como a história, engalanada pelo discurso oficial, sacode a água do capote para mostrar uma versão polida de si mesma. No caso, o que tenta ocultar o polimento é a escravatura, a colonização violenta, a discriminação racial e o policiamento segregador. O Presidente da República, em plena rota da escravatura, embrulhou o discurso no velho manto lusotropicalista da harmonia entre os povos como efeito da magnanimidade da colonização portuguesa. É esse discurso, apesar de tudo ainda bem instalado nas convicções mais correntes, que importa refutar definitivamente. E é por isso que este livro de Fernando Rosas, editado em 2018 pela Tinta-da-China, como livro de divulgação não confinado ao público académico, é importante e necessário. Quem conta um conto muitas vezes depura um ponto. Ou mais do que um. Capítulo a capítulo, permitindo um acompanhamento mais sistematizado da recente série televisiva História a História – África, este livro desmistifica a colonização pacífica, a pretensa tolerância inclusiva e a suposta harmonia relacional entre os povos africanos e os seus colonizadores. De simples acesso e de leitura fluente, permite que mais pessoas façam o exercício de virar a história do avesso e de a retomarem criticamente. *Hugo Monteiro*